

The background of the entire page is a vibrant red color. Overlaid on this is a complex, abstract pattern of white, hand-drawn lines. These lines are of varying thickness and form a dense, interconnected web of shapes, resembling a stylized network or a map of streets and rivers. The lines are somewhat irregular and organic in their flow, creating a sense of movement and complexity.

**[RMXTXTURA]**

Epilogo:  
Entre rios e ruas

# O imaginário social sobre a Amazônia: antropologia dos conhecedores

SAMUEL MARIA DE AMORIM SÁ

O artigo aborda o tema do imaginário social sobre a Amazônia, e se fundamenta em uma base teórica que vê o imaginário como parcela da realidade social e como meio relevante para formar conhecedores. faz referência a situações e autores que tratam direta ou indiretamente sobre o tema. Um dos aspectos analisados no artigo é a relação da saúde pública com o imaginário. A conclusão destaca a importância do imaginário para que não se importem padrões de comportamento e soluções para problemas locais acriticamente, como uma modalidade de consumismo, mas que se combinem instituições ou soluções de fora e de dentro ou tradições endógenas e exógenas em contínuo reprocessamento.

PALAVRAS-CHAVE: imaginário social, Amazônia, conhecedores, antropologia dos conhecedores.

## INTRODUÇÃO

Tomamos o imaginário no contexto de um estudo sobre conhecedores. Imaginar ou fabular é um dos papéis de quem busca ou produz conhecimento. Então entendemos inicialmente que o imaginário é muito mais que um produto anônimo, que um processo cognitivo congelado. Nesse muito mais, destacamos componentes que são sujeitos e não objetos, narradores e narratários, como se diz em análise de narrativas. Desse modo, acentuamos uma posição que traz à tona possibilidades intersubjetivas do imaginário. Quer dizer, assumimos que conhecedores são pacientes e agentes em um coral de polifonia (e de polissemia?), em resposta à necessidade de tratar com a realidade objetiva, porém buscando a mediação de representações mutuamente inteligíveis visando à intercomunicação. Para essa abordagem, nos valemos do filósofo Luiz Carlos Bombassaro (1997), em seu estudo sobre As fronteiras do conhecimento e em particular quando detalha sua argumentação a respeito das relações entre historicidade e racionalidade. Bombassaro, que se faz apoiar em Habermas e Rorty, destaca, no conhecer, a produção, o produto e o produtor; de certo modo, ele replica o esquema do processo de comunicação, ou seja, a mensagem, as mediações e os interlocutores processadores.

Adicionalmente, tomamos para diálogo o conceito de atos de fala de John R. Searle (1981, pp. 29, 30-1, 27). Neste contexto nos apoiamos em duas referências desse autor: 1) “Frequentemente, o que dizemos significa mais do que (aquilo que) realmente dizemos”; e 2) “Falar é uma forma de comportamento regida por regras”. Na primeira sentença, o que nos

interessa? Interessa-nos aquele “mais” (com um al dila da canção italiana de Domenico Modugno). Esse “mais” ou esse al dila transborda a materialidade e a intencionalidade da fala. O imaginário, aqui tomado como equivalente, é “ato de fala” e não ato falhado. Há, por hipótese, uma como “terceira margem”, ou seja, um flanco explícito ou implícito, mas aberto, disponível ou para se perder como um “demais” ou para ser recanalizar como uma exuberância de energia, a qual por analogia da antropóloga Mary Douglas (1998, p. 116), retomando Ilya Prigogine poderá tanto ser simplesmente “dissipada” ou esquecida, ou até ser “aproveitada” ou “usada em novos padrões de complexidade”. Aqui também podemos resumir e assumir o alcance proposto pelo semiólogo Humberto Eco com seu construto de “obra aberta”. Ademais, nosso entendimento se constrói na trilha de Cornelius Castoriadis (1980), com o conceito de instituinte. Deste autor, podemos reconceituar hipoteticamente o imaginário social como ato de fala instituído ou ato de fala instituinte como movimentação de tensão do primeiro. Foi esse posicionamento que nos levou a assumir o sentido do imaginário social a ser visto como possibilidade intersubjetiva, já referida assim há uma possível “colheita” de sentido que o traz, hoje, para os exercícios pré-decisórios, os quais aparecem na construção de cenários para fins de planejamento estratégico tramado em escala regional ou nacional.

Como podemos tornar mais explícito o conceito de imaginário no contexto de um estudo sobre conhecedores? Por contraste, se há conhecimento entendido como produto e objeto, há também conhecedores como sujeitos que observam, indagam, aceitam ou não aceitam, imaginam ao fazer asso-

ciações e dialogam com outros conhecedores e com outros conhecimentos que equivalem a situações prazerosas e provocadoras de interlocução e admiração. Dialogar quer dizer estabelecer interlocução, ultrapassando o diletantismo do tipo “conhecer por conhecer”, supõe articular atos de fala que levam a atos “de fato” presentes ou em vista de ação futura. Desse modo, a realidade nascida em experiências dos outros pode gerar passividade e conformismos, mas pode igualmente provocar avanços no sentido “primeiros passos”, “primeiras versões” ou de simulações úteis e práticas. É assim que temos projeções, como são os mapas de geografia, que atualmente já têm em Mercator uma relíquia, e nos de Peters que já se valem de dados tomados por satélites. Gerard Mercator, cartógrafo flamengo sistematizou idéias sobre representação plana de superfícies curvas (Melo, 2000, p. 21), verdadeiras precursoras de cenários de planejamento estratégico, que funcionam como uma representação antecipatória, sob o nome de cenários com obstáculos para situações desejadas ou não desejadas. Como exemplo, podemos citar os Cenários Brasil 2020, formulados para o Centro de Estudos Estratégicos do Ministério da Ciência e Tecnologia (dez. 1997). Desse modo, o imaginário pode ser uma prisão ou uma construção libertária em lugar de o congelar admitimos por hipótese que ele é como um porto apenas medianamente seguro e, portanto, aberto a novos sentidos e desdobramentos.

Faz sentido trabalhar com o imaginário se os admitimos na órbita de atos de fala na trilha de John R. Searle (1984). Searle, filósofo da linguagem, conceitua atos de fala como objetos de várias questões, entre as quais destacamos a seguinte: “Como fazem as palavras as vezes das coisas?” Quer dizer, o imaginário falado ou escrito não é marginal por parecer que nasceu apenas ao acaso, como luxo ou excesso desnecessário e irrelevante. Também, ele não cabe na categoria de *maktub*, isto é, de ato mágico ou fatalista, pelo contrário, ele é espelho de experiências com e sem datação, com e sem autoria; e poderá ser também um recurso intencional de antecipação e extrapolação visionária. Não esqueçamos esta virada do milênio, quando muitas incertezas tentam ser acolhidas em outro tipo de predição. Se assim for, como pôr os pés no “chão” do imaginário, ou seja, em situações onde ele aparecera antes e aparece agora?

## UM ACERVO

Um acervo do imaginário social sobre a Amazônia assim se apresenta: ora são falas a respeito da Amazônia como “celeiro do mundo” (Humboldt, cientista), paraíso perdido (Euclides da Cunha, geólogo), inferno verde (Alberto Rangel, romancista), El Dorado (conquistadores espanhóis), pulmão do mundo (anônimo contemporâneo), counterfiet para-

dise (Betty Meggers, arqueóloga). Analiticamente, esses modos de falar são modos de olhar mais de longe que de perto e podem recair em pólos de uma dicotomia que o cientista político José Murilo de Carvalho (1998) expressou para o Brasil, considerando-o como um todo: o ponto de vista edênico e o ponto de vista satânico. Mas é muito limitado permanecer na bipolarização. Será possível não descobrir outras instâncias de presença do imaginário que, sem esquecer o que há de advertência ou de fantasia, embeba de intenção a imaginação para tirar o papel do conhecedor da arena do cálculo diletante sem dono e sem endereço? José Murilo de Carvalho sente-se instigado quando admite que há um certo sinal relativamente dizível e indizível e que, portanto, transborda o lado cartesiano que pensa a evidência mais delimitada, com fronteiras mais distintas, e resiste em admitir que o imaginário também seja racional. Aqui ocorre o problema de admitir um status de racionalidade para o imaginário.

Na história recente da Amazônia, das tentativas de Henry Ford, de Daniel Ludwig, da Icomi, dos chamados grandes projetos e mesmo de Serra Pelada, todos acabam ligados a uma fugacidade que os faz símbolos de um imaginário meramente econômico e desgarrado do meio e das populações nativas. Salvo colaboradores cooptados no meio local, foi notório o desvio decisório que colocou Daniel Ludwig mais na órbita de Brasília do que do poder local; mesmo a Hidrelétrica de Tucuruí (PA), sabidamente, trabalhou com um conceito de ciências da natureza do qual se excluía os seres humanos (Monosokowski, 1991). Como abstração, um tal imaginário das ciências da natureza que exclui seres humanos não permanece letra morta, pois teve efeitos perversos: alterou o nicho de insetos como os mosquitos, que, conseqüentemente, alteram a saúde de populações nos arredores da usina hidrelétrica de Tucuruí. Nesse imaginário recente, a memória bem sabe que apenas desejos não carregam benefícios humanos. Supostamente, mais perto da racionalidade, por falta de consideração aos saberes ou tradições de populações locais (Freire, 1997), essas imaginações levam a insucessos. Mesmo o moderno projeto Radar na Amazônia (Radam, década de 1970) ficou como uma página que está por ser mais útil como empreendimento pago com dinheiro público; as informações de satélites hoje alertam sobre queimadas e desmatamentos; mas será que no conjunto esses alertas têm informado o processo decisório local? Em contraste, o imaginário trabalhado na primeira metade do século XX por ficcionistas estudiosos como Mário de Andrade, em seu *Macunaíma*, e Monteiro Lobato, em seu *Jeca Tatu*, resulta de uma busca menos apressada, isto é, o contato de Mário de Andrade com a Amazônia e com boas fontes, bem como o contato de Monteiro Lobato com os “caboclos” de São Paulo



põem a imaginação cercada de sentinelas que não a deixam desvairada Temos dois tipos de imaginário, então, escapando da dicotomia anterior: um que cavalga um saber alheio à região e que outro, mesmo feito fora da região, bebe em fontes antropológicas ou, pelo menos, em fontes mais próximas do saber e das inquietações das populações humanas.

## DIÁLOGOS

Dialogar com o imaginário pode ser um exercício unilateral, diletante, sem conseqüências, mas também pode ser conseqüente. Como outros exemplos de diálogos, escutamos vozes como a de Peter Maricourt, que em 1260 anteviu invenções que depois saíram das mãos de Leonardo Da Vinci; ou como a de Ilya Prigogine, que conta seu achado na correspondência de Albert Einstein, que, por sua vez, dizia ter aprendido mais com Dostoievski do que com os físicos; ou como a voz de um historiador da economia da revolução industrial, John U. Neff, que deduz que nos alicerces da civilização industrial havia a influência da arte, da busca de perfeição e uma preocupação com seres humanos. Nem precisamos ampliar o número desses interlocutores, mas podemos digerir boa parte do que eles viram como fruto de conhecedores de mais longe com outros longínquos.

Um corte, inacabado que seja, nos põe à escuta de outras vozes? Por ocasião da Eco-92, uma publicação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) incluiu cenários de prospecção sobre a Amazônia. Uma publicação do Ministério das Minas e Energia, a respeito de um plano de eletrificação que cobre até 2010, inclui a Amazônia como fornecedora de energia hidrelétrica sem que ela seja beneficiada reciprocamente. Publicação da Secretaria de Estudos Estratégicos (1998), da Presidência da República, propõe um cenário para o Brasil e para a Amazônia. Mas essas encenações passam por um processo decisório centralizado, em que o lado social do imaginário tem a marca da tecnocracia que pouco aprendeu com Mário de Andrade ou Monteiro Lobato ou Einstein ou Ilya Prigogine.

O valor da pergunta-escuta de outras vozes se apóia no benefício da dúvida: o que pode ser conseqüente em termos de ciência, de política e de identidade regional ou nacional? Assim, uma história atual da Amazônia poderá ser escrita, ou reescrita, levando em conta o imaginário ou os imaginários na justa medida em que eles refletem, além de saber exógeno, também saber local de “experiência feito” local e duradouramente.

Podemos voltar à indagação do começo. Além dos lados edênico e satânico dos imaginários sobre a Amazônia, redescobrimos (nas dramatizações para comemorar cinco séculos de Brasil) o desafio da polissemia de outros tipos de imaginário que

nos rondam: aquele imaginário exógeno, outro mais literário, aquele imaginário apressado, aquele imaginário de pé no chão, aquele imaginário-tecnocrático. E talvez haja um imaginário militante ou instituinte, que pode ter tido um precedente em um tipo de imaginário trágico do tipo absolutista e napoleônico de “vencer ou vencer”, ou outro, de tipo escatológico das utopias de direita ou de esquerda como Orwell (em seu 1984), ou a liberdade, igualdade e fraternidade da Revolução Francesa, ou a “mãe” ou Gorki, ou “o nosso Independência ou Morte”. Hoje podemos ainda ter outra versão, na medida em que for possível pensar uma reforma agrária que imagine e também reconheça a curto, médio e longo prazo o saber de índios, caboclos, imigrantes e de populações locais? Assim não ficaremos reféns de imaginários endógenos ou exógenos que especulem sobre uma Amazônia de coitadinhos, de vítimas, de cobiçados, que não redescobriram ainda nem a Amazônia nem a si mesmos como sangrados ex-colonizados

## CONCLUSÃO

Para Searle (op. cit.), as falas são analisadas como ações e não apenas como fenômenos sonoros e, portanto, elas não apenas carregam significados, mas, de certo modo, também criam ou transbordam significados ou podem levar da interpretação a ação e a decisões. A interpretação fantasiosa de Orellana quanto à Amazônia como país das mulheres amazônicas, valentes, de seio amputado, após sua viagem a partir do Peru, pode ser tomada como um desdobramento desse tipo (Valverde, 1997). Então, Orellana seria um conhecedor fantasioso. E, mais perto de nós, Gilbert Durand (1997), nos seus estudos sobre o imaginário, resgata a possibilidade analítica a partir do imaginário como parte da realidade das culturas. Durand aviva o status heurístico dos fenômenos que não são realidade do tipo quantificável, mas têm concretude suficiente para merecer atenção e destaque entre os trabalhos de quem for consumidor-interpretador-criador ou produtor de conhecimentos, de reconhecimentos ou reconfigurações.

Um modo admitido de operar o conhecimento da Amazônia é feito por meio de mapas. A história do tratado de Tordesilhas traz um primeiro sinal de como um território pode ser simplificado por meio do estabelecimento de novas fronteiras, no papel, não obstante o valor geopolítico gerador de realidade. As mitologias podem filtrar um outro tipo de antecipação da realidade uma versão moderna de mito é dada por imigrantes para o sul do Pará, contando que parte de sua atração vinha da fabulação interpretando a via-láctea, como constelação que aponta para essa região como uma espécie de “terra da promessa contemporânea”. Mais um tipo contemporâneo de imaginário pode ser localizado em fabulações como o

Jeca de Monteiro Lobato (1918), que tinha, na composição de suas personagens-base, suas observações e inquietações concretas ao ver caipiras transformados em trabalhadores de mérito nas plantações dos trapistas franceses de Tremembé. Ou temos também a imagem de Macunaíma, de Mário de Andrade, envolvendo, além da imaginação, uma viagem do autor pela Amazônia. No caso do Macunaíma, há um certo retrato da Amazônia e uma crítica que aparece no entendimento do personagem admirado sem abdicar de sua maneira de entender a vida e, portanto, sem ser apenas consumidor do modo de vida dos outros pois também Macunaíma pode ser visto como um protótipo de conhecedor-viajante: “El hombre sabe por viejo, pero mas sabe por viajero.” Viajero, viajante, emigrante, imigrante.

Quando hoje se fala em imaginação científica, há lugar para um tipo de imaginação que, entre outras elaborações, poderá sair de simulações de computador (como de certo modo o cinema dos efeitos especiais tem aliado significativo na informática, o mesmo uso ocorre com a construção civil ou com a engenharia de aviões). Assim, damos um passo além do imaginário puro e simples e podemos reconhecer no imaginário um poder de antecipação e deleite prático e estético (lembrar Julio Verne), mas ele é também um recurso que valoriza sonhos, desde que estes também sejam analíticos e críticos em relação ao que chamamos de realidade factual, por contraste a uma realidade que podemos chamar de emergente (ou de realidade instituinte, na terminologia de Cornelius Castoriadis).

Tomando a saúde como foco do imaginário em algumas aplicações, é bom recordar, como Afonso E. Taunay, autor do romance *Inocência*, encontra um lugar para o texto de Chernoviz, precursor de tratamentos de saúde que tomaram por base aplicação de conhecimentos disponíveis em um circuito de relações que não era necessariamente o dos médicos. Podemos lembrar o dr. Noel Nutels, sanitarista que trabalhou com populações rurais e indígenas e que envolveu a literatura de cordel e seus cantadores como um veículo para comunicação entre profissionais de saúde e pessoas doentes. Ou tomamos o estudo de Charles Wagley (1988), que esteve nos anos da Segunda Guerra Mundial nas raízes do Serviço Especial de Saúde (hoje Fundação Nacional de Saúde), como parte de um esforço de saúde para populações rurais. O estudo de Wagley inclui um tópico sobre “passagem da magia à ciência” (cap. 7): o autor começa notando a substituição gradual de explicações mágicas em favor de explicações científicas; no caso, Wagley advoga a mudança dessas crenças, ou, digamos, desse imaginário. Mas os processos educativos poderão ter sucesso ou insucesso, e em todos os outros capítulos advoga, com maior ênfase, o respeito ao modo de vida e, portanto, às soluções autóctones até porque

ele reconhece que “crenças e práticas fundem magia com conhecimento empírico” (op. cit., p. 253).

Desdobremos um pouco mais o tema da saúde na referida obra. Durante a guerra de 1939 a 1945, Wagley testemunhou a introdução do DDT, por meio do então Serviço Especial de Saúde Pública em Breves (PA). Nesse momento, era arma de sucesso contra a malária. Mas a visão de Wagley, que fazia antropologia aplicada à saúde, provavelmente mudou, quando chegou o best-seller de Rachel Carson (1962) e com ele a crítica das experiências de aplicação do DDT; porém mudaria muito mais, certamente, quando ele consultasse o texto do Instituto Evandro Chagas, de Belém (1983), que relata a situação da malária na década de 1980 e acentua como a resistência do mosquito transmissor da malária foi desdobrada por meio da resistência de dadas populações humanas, que, entre outros argumentos, enfatizavam que o DDT enfejava a pintura das casas, matava insetos, que, por sua vez, eram comidos por animais de criação doméstica e que afinal morriam por causa do veneno. Resta acrescentar a imaginação recente que visa ao controle de base biológica para os mosquitos, e, nesse sentido, se insere a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) com um bioinseticida que age sobre larvas de insetos da malária, dengue e filariose. Nesse caso, o imaginário alcança outra dimensão: ele acumula memória e história de experiências. Enquanto especialistas em comunicação se vêm às voltas com a entropia nos atos comunicativos o imaginário também pode reprocessar memórias e tirar conclusões, vestir novas roupagens ou novas máscaras (no sentido, de um disfarce que reforça o sentido em lugar de ceder à chamada “entropia dos símbolos”).

Um ponto adicional relativo ao imaginário social da Amazônia permite distinguir o imaginário social de nativos da Amazônia daquele de imigrantes ou de outras vivências que vêm desaguar em propostas de solução para problemas amazônicos. Nesse sentido, podemos referir o desastre de Henry Ford com o projeto Fordlândia (Belterra, PA).

Mas há também invenções de fracassos nativos quando estes, como aqueles, abdicam da imaginação e a limitam copiando instituições que deram certo em outras localizações: como indústrias de calçados, de cerveja, produtos farmacêuticos, ou mesmo palácios oriundos de tempos coloniais. A margem de adaptação e de enraizamento dessas invenções parece ter sido mal calculada ou foi imaginada de modo consumista, sem considerar o papel das mudanças na sociedade, ao longo do tempo. Mais um tipo desse consumismo acrítico aparece no campo da saúde, nas Santas Casas da Misericórdia de Belém, Manaus, São Luís (PA, AM, MA), abaladas pelas grandes alterações na demanda e na mediação econômica e tecnológica, com os planos de saúde privados e o desgaste das instituições de saúde pública.



Podemos referir ainda a pauta de exportações da Amazônia, que, ainda hoje, envolve majoritariamente matéria-prima incipientemente beneficiada, como uma moldura colonial em tempos que se dizem descolonizados. E daí a tensão: melhor que tudo, poderemos trabalhar para que a relação “espaço e doença na Amazônia” (Rojas, 1997) provoque a promessa e concretização de um imaginário de “reconfiguração” que traga à tona a outra relação, entre “espaço e saúde” na Amazônia.

No ano 2000, na Amazônia e no Brasil, ocorre a presença de um moderno tipo de profissional do imaginário: os que se dedicam a planejamento estratégico. Vale registrar que, no ano de 1998, a Universidade Federal do Pará (UFPA), investiu recursos para que suas autoridades tivessem acesso à teoria e prática de planejamento estratégico; o mesmo pode-se dizer em relação ao Governo do Estado do Pará. Além disso, a Secretaria (Nacional) de Estudos Estratégicos da Presidência da República prepara cenários prospectivos. Aqui já ocorre uma espécie de imaginário que quer tirar o ranço de passado. Fica o problema de que os especialistas do imaginário em antropologia e em sociologia sabem como eles não podem ser infantilizados (ou ignorantes da história e das experiências), como o imaginário não poderá ser um cálculo sem tensão e sem contradições. Durand (1993, p. 107) chega mesmo a fazer referência a uma tensão dialética que opera em relação ao imaginário. Essa tensão dialética pode ser um outro conceito para o dinamismo de um imaginário que não é diletante, e sim militante, pragmático, e que enfrenta o desafio da realidade social operando nas continuidades, descontinuidades, e recontinuidades, filtrado por meio de sujeitos conhecedores, para os quais o imaginário faz sentido e transborda o dito, o falado, o escrito, o instituído.

Nesta análise, são revistas parcelas do imaginário social sobre a Amazônia. Mais propriamente, busco uma abordagem antropológica sobre o imag-

inário social com seus limites (fracassos potenciais e impossibilidades), mas também como um tipo de saber que é semente, flor e fruto de inserção ou não inserção social de atores que o trabalham, pondo à prova as instigações, antecipações, simulações que ele pode oferecer. Vindo quer de nativos quer de imigrantes, o imaginário social pode ser entendido como uma primeira moldura para prospecção de situações viáveis e inviáveis para seres humanos e para toda a natureza na Amazônia. Ele poderá ser visto como imaginário diletante ou puramente ficcionista, ou ele poderá ser de outros tipos, entre os quais o imaginário instituinte, se antecipa situações para além da estreita factualidade e, portanto, transborda as limitações de um positivismo exacerbado, sem contexto, sem horizontes, sem poesia (no sentido estrito do termo), sem seres humanos como parte da natureza, isto é, como sujeitos decisores, “eixo e flecha” da evolução, tomando uma expressão do visionário Teilhard de Chardin (1881-1955), em sua reflexão sobre o “conjunto zoológico humano”. Chardin, a seu modo, foi um conhecedor que enfrentou as tensões entre imaginários sociais mascarados em ideologia de uma dada área. Repensar conexões entre perguntas e possibilidades intersubjetivas do imaginário em relação à Amazônia em geral e à saúde pública em particular nos leva a destacar, brevemente, as seguintes situações: a) a vertente utópica de Charles Wagley, que ao longo de trinta ou mais anos manteve presença e contatos com a Amazônia de cidadãos, índios, caboclos. Wagley sonhou, com sua experiência de antropologia aplicada à saúde pública, um modo de vida em que o bem-estar físico, social, mental, econômico estivesse devidamente contextualizado e enraizado em atores, recursos naturais e saberes autóctones que existem nos trópicos, assim como nas zonas temperadas; b) a utopia de Oswaldo Cruz em suas missões amazônicas: sua lucidez ajudou, mas a Estrada de Ferro Madeira Mamoré combina as imagens de ferrovia do diabo, e de tentativa frustrada, com valor atual de

objeto de museu em Porto Velho (capital do estado de Rondônia). A febre amarela e a malária ainda são flagelos e no naípe atual de mosquitos ainda somamos os vetores da dengue que têm cenário nacional; c) os cenários de planejamento estratégico da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) são exercícios pré-decisórios. Não são uma tentativa de antecipação de situações. Mas quando serão uma tradição eficiente continuada e conseqüente?; d) as utopias mapeáveis de Fordlândia e de Jari (estado do Pará), nos dias de hoje, podem ensinar por meio dos obstáculos? São elas multiplicáveis em suas lacunas, seus efeitos e em suas causas?; e) as outras utopias recentes, como o enclave do manganês no exterritório do Amapá, a mineração da serra de Carajás, e o ouro de Serra Pelada, onde a saúde humana valia menos que qualquer pequeno ou grande risco para bamburrar. De certo modo, todas essas situações, quer como sonhos quer como práticas, têm algo de espetáculo que aglutina, mas também dissipa energias.

Afinal, se o imaginário social é ato de fala e não ato falhado as situações referidas não são exaustivas, mas didáticas. Continuando com uma geração de hipóteses, dizemos que cabem em um estudo sobre o imaginário social. Não se trata apenas de recordar, mas talvez de ativar a memória conectada e apoiada (ou analisada) por estruturas sociais; sem isso a entropia chegará a anular a memória (hipótese da antropóloga Mary Douglas, 1998). Daí a recorrência do imaginário que foi aprisionado na narrativa, esta, porém, pode ser desvendada, se for crivada pela orientação dupla de não reeditarmos o mito de Sísifo e, na prática, não reeditarmos o espetacular fatalismo que o perpassa. Então, aqueles pontos serão imaginariamente tratados como primeiras versões ou primeiros passos que pedem retomadas; recomeçar, repensar em ritmo anti-sísifo, anti-maktub.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Andrade, Mário de 1988 Macunaíma, o herói sem nenhum caráter. Unesco.
- Bombassaro, Luiz Carlos. 1997 As fronteiras da epistemologia Petrópolis, Vozes.
- Brasil dez. 1997 □Cenários Brasil 2020'. Em Parcerias estratégicas. Brasília, SAE, vol. 1, no 4, p. 525.
- Buarque, Sérgio C. set. 1998 □Experiências recentes de elaboração de cenários do Brasil e da Amazônia brasileira□. Em Parcerias estratégicas, Brasília, SAE, no 5, pp. 8-35.
- Carson, Rachel 1962 Silent spring: fawcett crest. Nova York.
- Carvalho, José Murilo de out. 1998 □O movimento edênico no imaginário social brasileiro□. Em Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 13, no 38, pp. 63-79.
- Castoriadis, Cornelius 1980 A constituição imaginária das sociedades. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Douglas, Mary 1998 Como as instituições pensam. São Paulo, Edusp.
- Durand, Gilbert 1997 As estruturas antropológicas do imaginário. São Paulo, Martins Fontes.
- Durand, Gilbert 1993 A imaginação simbólica. Lisboa, Edições 70.
- Freire, Paulo Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo, Editora Paz e Terra.
- Luisa B. Iñiguez Rojas e Toledo Luciano Medeiros de (orgs.) 1998 Espaço e doença: um olhar sobre o Amazonas. Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz.
- Larousse 1974 Atlas Compact. Paris, Hammond/Larousse.
- Linhares, Alexandre (org.) 1983 Saúde na Amazônia. Brasília/Belém, Associação Nacional de Programação Econômica e Social (FNS □ MS)/Instituto Evandro Chagas. [ Links ]
- Melo, Celso P. 2000 □Aciência dos descobrimentos□. Ciência Hoje, vol. 27, nº 158.
- Monosowski, Elizabeth 1991 L□evolution et la gestion des impact sur l□environnement. Paris, École des Hautes Études em Sciences Sociales. [ Links ]
- Monteiro Lobato, José Bento 1994 Urupês. Rio de Janeiro, Brasiliense.
- Prigogine, Ilya 1980 From being to becoming: time and complexity in the physical sciences. San Francisco, W. H. Freeman.
- Riaudel, Michel mar.-abr.- maio 1992 □O rio palimpsesto: o Amazonas de Julio Verne□. Revista da USP, no 13: 66-74.
- Sá, Samuel e Sá, Eliza 1990 □V. Wagley no espelho triangular□. Florida Journal of Anthropology, no 6: 105-10, Special publication.
- Searle, John R. 1984 Os actos de fala. Coimbra, Livraria Almedina.
- Wagley, Charles 1988 Uma comunidade amazônica. São Paulo, Edusp/Itatiaia



# PARADOXO AMAZÔNICO

## Entrevista:

Alfredo Wagner Berno de Almeida

Conflitos sociais, territorialização, identidade cultural, povos tradicionais, direitos coletivos. Todos esses elementos compõem o foco do trabalho do professor Alfredo Wagner Berno de Almeida. Doutor em Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, ele pesquisa na Amazônia desde 1972. Há quase quatro anos tem se dedicado ao projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais da Amazônia, que produz interpretações atentas da problemática social, econômica e ecológica de quebradeiras de coco, comunidades negras e indígenas, homossexuais, populações extrativistas, ribeirinhos e pescadores, entre tantos outros. Leia abaixo trechos da entrevista que Alfredo Wagner concedeu à CONTRA CORRENTE\*

### **A partir da perspectiva das populações tradicionais, como o senhor avalia o atual projeto do governo brasileiro para a Amazônia?**

Primeiramente, é importante constatar que, até outubro de 2008, quando da deflagração de uma das mais graves “crises financeiras” do capitalismo, persistia uma visão triunfalista dos agronegócios e das expectativas face ao mercado de *commodities* agrícolas e minerais, sobretudo no que concerne, de um lado, às empresas mineradoras (ferro, ouro, caulim), às indústrias de papel e celulose e às usinas de ferro gusa, e de outro lado, às agropecuárias e plantações industriais homogêneas. No entanto, os grandes interesses, vinculados à sojicultura, à agropecuária, à plantação de eucalipto e demais grandes plantações, face à queda abrupta de preços das *commodities*, passaram a anunciar falta de crédito, redução das áreas cultivadas, demissão de trabalhadores e demandaram do Estado a anistia de dívidas e créditos facilitados. A flutuação do mercado de *commodities* e o caráter volátil dos créditos do mercado futuro evidenciaram toda a fragilidade de um sistema econômico apoiado na monocultura, na flexibilização das leis trabalhistas, na exportação de *commodities* e na destruição indiscriminada de recursos naturais. Diferentemente do velho sistema agrário-exportador, que resistiu por décadas, senão séculos, às flutuações de preços e à derrocada, tem-se agora um novo modelo de *plantations*, paradoxalmente, com uma aparência de maior fragilidade às crises.

Tem-se, portanto, uma grande plantação mais atrelada ao capital financeiro e às flutuações de preços. A volatilidade de recursos aplicados em bolsas de produtos agrícolas, contratos de curtíssimo prazo, oscilação célere dos preços e a precariedade das relações de trabalho evidenciam que esse tipo de unidade de produção precisa ser melhor estudado.

Os mecanismos de inspiração neoliberal que se revelaram absolutamente fragilizados, como o idealismo neoliberalista de afastar o Estado da economia, de enxugá-lo ao extremo e de imaginar que

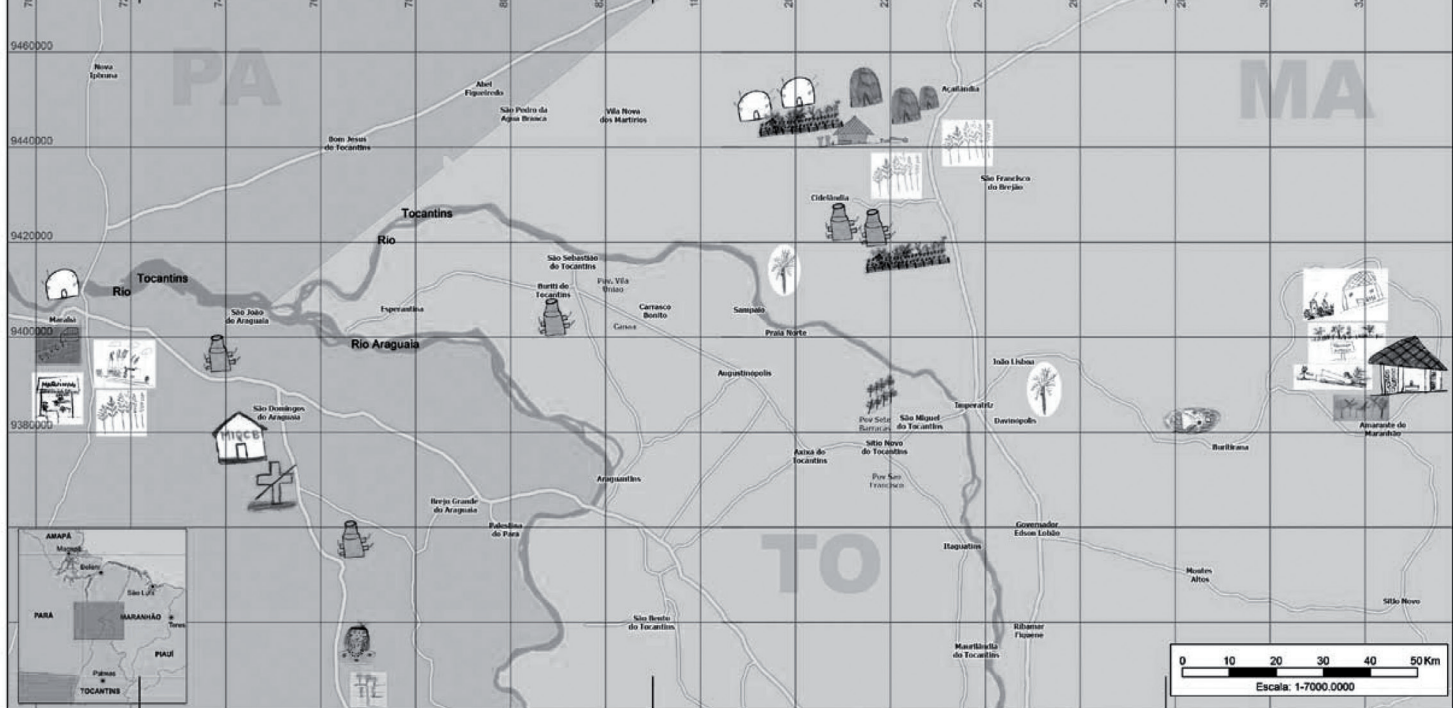
a racionalidade e a eficácia só se realizam plenamente nos empreendimentos privados, desaguaram no “Estado-hospital”. Coube aos aparatos do Estado atender, mais uma vez, às demandas de quem, até dias antes, tinha especulado à larga, ilegalmente, inclusive, e obtido lucros astronômicos.

E aí o discurso do “capitalismo de crise” apareceu com toda nitidez sob o manto de que é “mesmo assim” e que, após as “crises”, o Estado tem que socorrer, como já aconteceu depois de 1929. A ideologia dos ciclos volta a reinar e não há responsabilidade social naquilo que é vivido como “natural”. Os empresários especuladores se eximem de qualquer “culpa” e fica por isso mesmo. Porém, tanto a ideologia dos ciclos quanto aquela de que estamos a um passo da crise final e que a autodestruição do capitalismo é questão de tempo devem ser relativizadas.

Na Amazônia, o mercado de terras estava superaquecido, o mercado de crédito de carbono também. As agências de crédito multilaterais estavam intervindo na estrutura formal do mercado de terras e na política de acesso aos recursos naturais. Com a “crise”, no entanto, passaram a não dispor de recursos e a não ter como financiar a implementação de suas próprias “invenções”.

A retração na Amazônia não inicia por falência de bancos e empresas imobiliárias, mas pelas empresas mineradoras reduzindo a sua produção, demitindo em massa; pelas usinas de ferro-gusa paralisando seus fornos em Marabá e em Açailândia (103 dos 161 fornos de ferro-gusa no Brasil estão parados); e pelas áreas de plantio de soja sendo reduzidas. A Vale reduziu a sua produção em 10%, por exemplo. As entidades patronais rurais - onde se encastelam os pecuaristas, principais responsáveis diretos pelas elevadas taxas de desmatamento na Amazônia nos últimos dez anos, segundo relatórios do próprio Banco Mundial - agora demandam anistia de suas dívidas junto ao governo federal.

Há uma inibição das agências multilaterais para investir na Amazônia. Os grandes projetos, como o



novacartografiasocial.com/ - Fascículo 27 - A Luta das Quebradeiras de Coco Babaçu contra o carvão Inteiro - Bico do Papagaio Palmas, Tocantins

PPG-7 [Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil], estão praticamente parados.

O governo, por sua vez, acena com uma nova política agrária e com a criação de uma agência mais ágil e eficaz que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). No entanto, os dispositivos que acionou só fizeram legalizar aqueles que ocuparam terras ilegalmente no passado e no presente, ou seja, os grileiros.

O tipo de regularização agrária que poderá ser implementado agora não vai alterar a estrutura agrária. Percebe-se que, a despeito da “crise”, estão dadas as condições institucionais para uma “retomada”, senão uma continuidade, daquela visão triunfalista. A MP 422 [que passa de 500 para 1.500 hectares o limite que dispensa a licitação para a venda de terras públicas] e a instrução normativa no. 49, para titulação das terras de quilombos, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, vão no sentido de flexibilizar os direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais.

No legislativo, continuaram as tentativas de reduzir a dimensão física da Amazônia, facilitando a expansão dos agronegócios. O anteprojeto de lei do senador Jonas Pinheiro e aquele do deputado Osvaldo Reis, que pretendem tirar o Mato Grosso e Tocantins, respectivamente, da Amazônia são dois exemplos. Em 1953, todos os empresários queriam fazer parte da Amazônia devido aos créditos facilitados e incentivos fiscais. Agora, todos querem sair, principalmente os produtores de soja, ferro gusa, papel e celulose.

Outra ação que enfraquece a Amazônia é a diminuição da faixa de fronteira de 150 km para apenas 50 km, com o objetivo de abrir as terras para o mercado de *commodities*. A “crise” ou as alterações no cenário econômico não se refletiram no legislativo, já que

estes projetos continuam tramitando a todo vapor. O objetivo das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIns) contra os direitos territoriais de indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos e comunidades de faxinais e fundos de pasto é claro: enfraquecer a Constituição de 1988, remover as bases legais que asseguram os direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais. Eles são vistos como um obstáculo à expansão do mercado de *commodities*, aos desmatamentos e à destruição de rios e fontes d’água. Os direitos territoriais das populações tradicionais acham-se tão ameaçados hoje quanto antes da “crise”.

É sob este paradoxo que a Amazônia se insere hoje: por um lado, verifica-se uma descontinuidade econômica da ofensiva dos grandes conglomerados financeiros sobre a terra e demais recursos naturais e, do outro lado, uma continuidade política da ofensiva dos dispositivos neoliberais na esfera do legislativo.

**A sua atual experiência com o trabalho de cartografia social conseguiu detectar como se dão essas ofensivas aos direitos territoriais e de identidade das populações amazônicas?**

O que se constata a todo momento são sucessivas tentativas, por parte de setores conservadores, de flexibilizar estes direitos territoriais. Atualmente, todas as questões sobre as terras indígenas e quilombolas passam a ter no judiciário a sua palavra final. Tudo vai para o STF [Supremo Tribunal Federal], como o caso da homologação das Terras Indígenas Raposa Serra do Sol e dos Pataxós. O sociólogo Boaventura de Souza Santos analisa processo similar como “judicialização da justiça”. O propósito conservador é rediscutir todos os territórios de comunidades tradicionais: indígenas, quilombolas, faxinais, fundos de pasto, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos etc.



São tantas as formas de pressão, no judiciário e no legislativo, e tantos são os meios para divulgá-las que parece uma campanha de desterritorialização. Trata-se de criar uma instabilidade para as terras indígenas e quilombolas já reconhecidas e as que estão por serem reconhecidas, propiciando condições para que ingressem no mercado de terras.

Por outro lado, está havendo uma reação a estas tentativas de impedir a vigência dos direitos territoriais. Os movimentos sociais estão conseguindo, em certa medida, impor a sua pauta. Em Rio Preto da Eva, no Amazonas, o prefeito municipal assinou uma Lei de Desapropriação destinando um imóvel urbano de mais de 40 hectares para os indígenas da Comunidade Beija-Flor. Em São Gabriel da Cachoeira, além de terem eleito um prefeito indígena, foi regulamentada a lei municipal que cooficializa o tukano, o baniwa e o nheengatu como línguas oficiais. Há um outro padrão de relações políticas em curso? O debate vai começar a esquentar com a discussão sobre as ambiguidades do desenvolvimento capitalista na Amazônia. Desmatar no ritmo do agronegócio ou preservar para se apropriar do patrimônio genético? Sem ter discernimento, fica difícil refletir sobre as medidas em curso. A iniciativa de limitar o Incra, instituindo uma agência agrária, pode fazer com que 2009 seja o ano 1970-71 da ditadura militar, em que foi criado o próprio Incra e intensificada uma ação de colonização cujos efeitos dramáticos até hoje se fazem sentir. Existem novos instrumentos operacionais de regularização, de desapropriação e de reconhecimento fundiário? Não. Se não há, será que adianta fazer mudanças burocráticas e artificiais?

O que mais se percebe na cartografia social é o esforço de cada comunidade tradicional na identificação dos recursos essenciais. O tradicional neste sentido nada tem a ver com o passado, com a linearidade do tempo. O tradicional está relacionado com a maneira de uso dos recursos e com sua persistência. Ele tem a ver com o futuro. Os grupos sociais estão construindo situações de autosustentabilidade. É um momento de construção de sonhos e de possibilidades e não significa outra coisa que limites para o agronegócio, que anseia uma expansão desmedida.

### **Quais são as conseqüências de grandes obras de infraestrutura na Amazônia, como o Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira?**

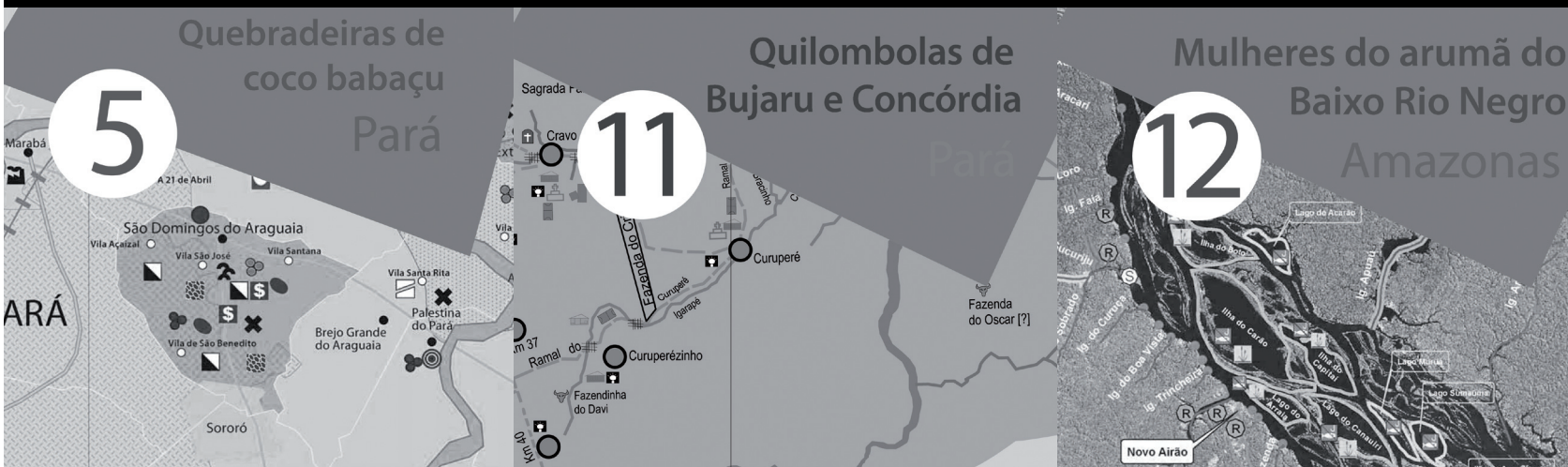
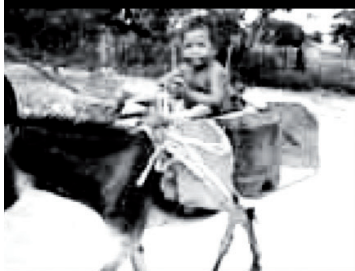
Até hoje, você tem comunidades coladas com Tucuruí e Balbina que não têm energia elétrica. Comunidades localizadas ao lado da Alcoa, no Maranhão, ou da Albrás, em Barcarena, no Pará, que não têm acesso aos direitos agrários elementares. Esse modelo de “progresso” tem que ser repensado. As beneficiadas com a construção de Tucuruí foram as grandes empresas de alumínio, como a Alcoa e a Alcan, e as mineradoras.

Os grandes projetos são apresentados como ícones de progresso, mas eles, na verdade, cristalizam as desigualdades. Eles são apresentados como se, fora daquela realidade, viesse o caos. E ainda, minimizam toda uma complexidade, colocando de um lado as comunidades “atrasadas” e do outro lado o “progresso”. A atual crise financeira revela que a irracionalidade se encontra justamente onde se afirma que a “eficácia” reina e prospera. Assim se veem e são vistas as mineradoras e empresas, como a Aracruz e a Votorantim, que especulam e, pior, utilizando recursos públicos. Afinal, o BNDES financia essas empresas especuladoras? Esta é uma pergunta que tem que ser feita. Elas foram financiadas com recursos públicos? A Amazônia foi desmatada sofregadamente, em um ritmo jamais visto, sob a batuta do mercado de *commodities*. Para estes interesses não há limites. Eles são capazes de transformar a maior floresta tropical do mundo em savana para gerar dividendos para o agronegócio. Com a crise, essa concepção leva um choque e cria condição para que se reconheça que preservar a Raposa Serra do Sol é mais racional do que entregá-la para seis arroteiros. Não dá para dizer que limita-se a uma opção do “progresso” versus a economia primitiva. As áreas mais preservadas são as áreas onde residem os indígenas, os ribeirinhos, as quebradeiras. Você acha que uma quebradeira irá destruir babaçuais? Que os seringueiros vão destruir seringueiras? Os ribeirinhos, os rios, as florestas de igapó? O suicídio de um grupo social como um todo, é possível? Eles não vão se suicidar. Não irão destruir as fontes de sua própria razão de ser e de existir.

### **Atualmente, até mesmo as transnacionais da mineração afirmam que suas atividades são sustentáveis. Como o senhor avalia a real atuação delas em contraposição ao discurso que propagam?**

De acordo com o antropólogo José Sérgio Leite Lopes, a “ambientalização” é uma forma de discurso consensual. Todo mundo passa a ter esta preocupação ecológica de preservação, sustentável. Atributos são criados para designar as empresas, com seus gerentes e setores especializados. O discurso incorporado e uma suposta consciência ambiental profunda ganham destaque. Tudo isso é uma figura de retórica. Os procedimentos de conservação modelo destas empresas não passam dos viveirinhos, dos bosques e das cascatas artificiais. A Serra dos Carajás tem um pequeno zoológico, um jardim botânico, um pequeno museu. Apresentam até preocupações de pesquisa e preservação arqueológicas. Isso tudo faz parte desse suposto desenvolvimento, que supostamente atende aos quesitos ambientais. Essas figuras de retórica, como “o maior lago do mundo”, “muito piscoso”, “construção gigantesca”, criam uma visão idílica,

# Nova cartografia social da Amazônia



<http://www.novacartografiasocial.com>

formada de pequenos bolsões. Cria-se uma idéia de arquipélago, de pequenas ilhas de florestas, mini zoológicos, que são criados junto com cada grande empreendimento na Amazônia. A Serra do Navio tem a sua área preservada. Ninguém pergunta de onde sai o carvão para alimentar os fornos das empresas de ferro gusa. Trata-se de carvão vegetal, e ele é retirado da floresta, na grande maioria dos casos. Com a crise, a oportunidade de evidenciar de que autosustentabilidade estamos falando, aumenta. Que desenvolvimento é este? O castelo de cartas está caindo e a curto prazo vai provocar algumas percepções diferentes.

## De que modo a atual estratégia do agronegócio impacta na desterritorialização das comunidades?

Há uma visão economicista que prevalece e precisa ser relativizada. Por que não desenvolver uma ágil política de reconhecimento para os castanheiros, seringueiros, quilombolas, peconheiros? Quando tentam operacionalizar os procedimentos de reconhecimento imediato, não existem mecanismos ágeis. Como instituí-los nesta quadra adversa ao mercado de *commodities*?

Por outro lado, não se pode parafrasear Guimarães Rosa, dizendo que “é a hora e a vez dos povos e comunidades tradicionais”. Afinal, os mecanismos de grilagem continuam reconhecidos sem maior contestação. O que não vale para a comunidade tradicional que está ocupando e tem a posse permanente de seu território há séculos, vale para o latifundiário que veio de fora há alguns anos, desmatou e fez um imenso pasto, pensando em ven-dê-lo para um sojicultor.

Vale dizer que todos os grupos na Amazônia estão mudando de estratégias. Os bancos, as agências multilaterais, as ONGs e os governos. Os efeitos da crise sobre o mercado de terras estão vivos. Trata-se do tema da ordem do dia. Aliás, as próprias ONGs ambientalistas incorporaram a questão da regularização fundiária. Se apresentam na discussão como os novos especialistas em regularização fundiária, ao lado do BIRD [Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento]. Já os movimentos sociais, que há décadas tem nos conflitos agrários uma tragédia cotidiana, passam a olhar com cautela essas mudanças burocráticas e administrativas e a recusar os padrões da nova tutela, inclusive o da delegação de se falar em nome deles.

## Os agrocombustíveis representam uma ameaça à floresta Amazônica e aos seus povos?

*Plantations* de palmáceas, como na Malásia, já constituíram o modelo do dia. Como política não lograram êxito. Por outro lado, onde há movimentos sociais não houve discussões mais aprofundadas. Apenas de babaçu, são 18 milhões de hectares no Brasil. Adicionando-se as extensões de outras palmáceas, das quais se pode produzir óleos vegetais, tem-se uma vasta região com comunidades extrativas que potencialmente podem ser mobilizadas e dispor seus produtos diretos. Por que não se abre uma ampla discussão sobre a viabilidade da produção de agrocombustíveis?

\*CONTRA CORRENTE é uma publicação da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, em edição especial para o Fórum Social Mundial 2009 - Janeiro 2009



# viver sem viver Viver:

## ESBOCO PARA UM TERCEIRO MANIFESTO CURAU

<http://andaravozsilencio.blogspot.com.br/2012/06/viver-sem-viver-viver.html?spref=fb>

Comunidade Perdida, Comunidade Recuperada. Poderia, também, ser o título: evoca os paraísos de Milton: o Paraíso Perdido e o Paraíso Recuperado, para dizer: – Ando lendo, interpenetrando, Bauman <> Agamben, ambos tentando atravessar a Dispersão atual da espécie humana em demanda de um Centro de compreensão do que se passa agora no mundo, que, achado, permitiria um Ponto de Ações convergentes – aliás, Ponto já achado, no Sempre, onipresentemente no Ocidente por Eckhart e oniausentemente no Oriente pelo Tao. Bauman lendo no Visível, logo no Tempo Histórico, as gotas dispersas da Comunidade líquida atual, e se perguntando com contida angústia insegura algo que em palavras aqui minhas, significa: - Acharemos um Ímã? Ele lê no Ente, é claro. Agamben, com mais que confiança: Fé, lendo no, ainda, segundo ele, Invisível, e antes entrevisto por Benjamin, Tempo Messiânico, os fundamentos submersos de uma Ilha ontológica que resiste à dispersão, e recomendando, como estratégia de sobrevivência individual e auxílio valioso que cada um pode dar à recuperação da Comunidade humana extraviada, o que em palavras minhas há muitos anos já venho chamando nos livros de Andara: - viver sem viver Viver. Ele lê no Ser, é claro. Eu vejo a confusão humana na Terra como coisa Grave - Sim, porque sua força de gravidade atrai para o mais baixo com poder de autoexterminio capaz de varrer nós todos da superfície da Esfera Azul, sem que as levezas perdidas nos sustentem entre o Denso e o Sutil e que um só Justo, já nascido e fenecido ou por ainda por florescer, volte a tempo ou chegue, e Ascenda em suas Asas que nós, em nós, atrofiados mutilando a Promessa de Leveza contida em nossas omoplatas que as aves realizaram. Mas também vejo que algo quer brotar, e espantosamente, atravessando a resistência e Espessura da Tecnologia, na nossa Onipresença Virtual – e nos Olhos do Hubble que vê sem olhar, as Presenças ocultas no Cosmos, percebendo e decifrando energias em cores. E entendo que para isso, nos dois casos, da presença virtual e da visão sem olhos, foram nos preparando ao longo dos séculos os Contos de Fadas, nos ensinando a Vida como coisa mais subterraneamente Real quando vivida como - Faz de Conta. Ora, é esse faz de conta quando praticado no Tempo Histórico, rigoroso Tempo do Ente e suas carências: Tempo do Corpo, que Bauman denuncia como mortal para nós. E é a esse faz de conta maligno que Agamben

contrapõe o Façamos de Conta, Agora, para favorecer, com nossas práticas de vida, o heraclitiano advir Tempo Messiânico. Estamos, pois, entre o: - Tudo está consumado. E o: - Tudo está por se consumir. Para que Tudo não se consuma. O momento, então, é Grave, eu sei. Como sei o poder de realidade possível – chamem Utopia, como passos em um Caminho, indo para – do Faz de Conta que moveu Guevara, pelo sangue, na via utópica da Guerrilha, e Gandhi, pela mente, no via mística indiana do Ato de Vontade, que a ignorância ocidental só lhe permite entender como não violência, resistência pacífica. Mas sei que a palavra final será dada não por nós. Que quem a dará, em Silêncio universal, é: o Ponto. Querem saber como eu cheguei, faz tempo, lançado entre o Visível e Invisível ao nascer e após ter renascido em Andara, ao: – viver sem viver Viver? Assim. Tendo entendido – bobagem, devo dizer: Tendo Visto – que o Real nos aparece como realidades, vi a dispersão. E tendo visto que as realidades não são o Real em Si, vi o Ímã = o Ponto. O Centro. O Eixo. Deus? São nomes, dados pelos homens, para o Inominável, chamem como cada cultura quiser. Mas sintam em vocês o Chamado imanente. Oh, também transcendente. Toda Criança sabe resistir à deformação adulta dos Pais empregando o Faz de Conta, que lhe permite resistir na Infância a essas deformações tantas vezes bem intencionadas mas deformadas pelo Medo da espécie a não sobrevivência individual que o é sentido secreto do Filho. Somos filhos de uma Civilização que tende, claramente no Ocidente, para o túmulo que vem cavando para si mesma. Como resistirmos a ela? Às Crianças que ainda somos, se as despertarmos do nosso Sono de civilizados adult/erados, é isso o que Agamben nos recomenda, ostensivamente, em um dos seus livros mais recentes, sobre a Amizade e a Comunidade. E eu digo assim: - Façamos de Conta que estamos realmente vivendo todas as irrealidades, bebendo todos os Venenos, sonhando todas as ilusões, crendo em todas as falsas promessas que nos cercam, encarceram e sobretudo desviam da Via: da Vida Autêntica que nos caberia buscar, e buscando, achar quem sabe e Realizar plenamente, o que só saberemos se nos pusermos a caminho, em nós - em cada um e por todos nós. Segundo ele, é essencial, indispensável e cada minuto perdido pode ser a véspera do último, nos Fingirmos de Tolos, ou de Mortos - fingirmos que estamos ouvindo e vamos obedecer o que os Pais Perversos nos mandam fazer,



### Frame de Matadouro, filme de 1975 de Cecim

ó crianças mal tratadas que vivem nesta Casa/mundo agora vagando por corredores escuros, tropeçando em mentiras, se erguendo para cair em novas mentiras. E é essencial nos fingirmos de inexistentes, de já mortos para o que nos deforma, por que? Para que? Porque quanto menos reais para as irrealidades contemporâneas formos, mais reais seremos para nos libertarmos em direção a uma Real Comunidade Humana. E para que o Tempo Messiânico - tempo em que, já sem leis que o determinem por fora, venha a existir uma só Lei interior, que em cada um será igual em todos - possa Vir a Nós. Isso é quase uma exigência de merecimento, ou Graça. E para atender essa exigência, teremos que nos mover para a Graça e o Sagrado - com graça, graciosamente, lúdicos - não como entes em Fuga, mas como seres em Festa. É a mesma Palavra que nos autoriza agir assim e quer: Graça, graça. Da minha parte, passo a vocês todo o significado, a necessidade e a urgência do que vi, e entendi, se quiserem, como: - viver sem viver Viver. Achando que, porque nele se realiza o Ponto, já contém a resposta buscada pela Angústia histórica imanente de Bauman e a Fé utópica transcendente de Agamben. Eis: confirmado na Táboa de Esmeralda, de Hermes Trimegisto, três vezes mestre. Hermes nos confia o que Viu, e entendeu: - Que o Infinito é Real e que o Finito é irReal. - Mas que, vivendo no efêmero transeunte das realidades finitas, nós devemos viver o Finito como uma Realidade. Quando eu li isso, me disse: - - Uma ação mágica: viver o IrReal como se Fosse uma Realidade. Entendam: o que Hermes Trimegisto e o Saber Hermético há não sei quantos mil anos nos recomendam é: - Façam de Contas, aqui. Vivam: Lá. Essa é a Vida Real que cabe ao homem no Universo. Foi assim, na vida prática, que Guevara fingiu que era um guerrilheiro, não um médico, e destruiu a Ditadura de Batista em Cuba. Com muitos ais. E foi assim que Gandhi, sentado, imóvel, Não estou fazendo nada, meus Lordes, fingiu

que não estava Agindo e expulsou o Colonialismo do Império Britânico da Índia. Sem um ai. Mas, Vicente: - Faz de contas? E a Fome que devora o faminto, a Somália. E a Morte, que lateja em seu sono mortal nas dez mil Bombas Atômicas que continuam armadas de um lado e do outro da agora dissimulada Cortina de Ferro? Eu sei. Por isso tudo neste momento da Comunidade humana é Grave, muito grave. A isso eu respondo assim: - A Terra, já se sabe, não é o centro físico do Universo. Embora eu esteja perdidamente apaixonado por Ela desde que tive esta Visão faz uns dias: - Me vi, com uma grande Sede, pairando entre as galáxias, estrelas, matéria escura, buracos negros, cometas, meteoros, luas mortas: tudo ardendo em chamas demais, ou pedras frias, secas - e morrendo aos poucos de sede, como se diz, eu não achava Água em nenhum lugar do Universo. Foi quando percebi um pontinho azul, longe, mínimo - e um frescor arrebatou e me lancei na sua direção - e a Terra me deu de beber e me salvou e me guardou em Si - e encantado, me dei conta de que Ela é o Único lugar do Cosmos que tem Água: Nascente da Vida. Agora, mesmo perdidamente apaixonado, para sempre, ainda me disponho a aceitar que a Terra não seja o centro físico do Universo. No entanto, quem sabe o humano seja, em potência, seu Centro Mental no tempoespaço? Pelo menos um homem que existindo talvez na liberdade do Faz de Conta das Lendas, e por isso pode ser para nós, que mal damos conta do que somos, Três Homens em Um, Hermes Trimegisto, soube o seu Lugar. E, luminoso, quando perguntaram magoadamente a ele se não era uma maldade infinita que não haja realidade no Finito, respondeu: - Não. Se o Finito fosse real, isso é que seria Maldade, porque estaria condenado ao Efêmero - fixo, preso, imóvel - não poderia vir a ser Real. Entendo essas palavras como o anúncio da nossa - Liberdade para nos Realizarmos.



VIVER SEM VIVER VIVER

SE FAÇA DE ENTE PARA VIR A SER

### PósEscrito

Vejam claramente isto: não estou dizendo que devemos nos reduzir, ainda mais, à Passividade como submissão – estou dizendo que, já cercados por todos os lados por uma Civilização Brutalmente Indiferente tanto a Dor quanto a Alegria – usemos contra ela a mesma possibilidade de Mutações na existência humana manifesta que está sendo usada contra nós. Mas ao contrário: a nosso favor. Então, fique claro: viver sem viver Viver não é se omitir, consentido. Ao contrário. É uma Ação Inativa – uma Recusa, um – Eu me recuso a continuar vivendo no mundo que vocês me impõem, senhores do bem e do mal. Do ponto de vista de Pirro de Eléia e dos Céticos, filósofos da recusa das Farsas, Aparência e Ilusões – é praticar a Indiferença como libertação. E a trans-figuração da Amazônia – corrompida pelo Colonialismo das Caravelas e agora corroída pelo Imperialismo do Capital – em Andara, a convertendo em uma região verbal metáfora da vida, é a minha prática desse Dom de Mutações libertárias através da Literatura. O: viver sem viver Viver, como reinvenção da existência, se manifesta em Andara desde seu primeiro livro visível, A asa e a serpente, então, desde 1979, tempo em que as vozes de Bauman, Agamben ainda não eram ouvidas por aqui. E ouvir suas vozes recentemente, só me confirmou: viver sem viver, Viver. E foi o fundamento oculto que permitiria a Ação proposta por mim, em 1983, no Manifesto Curau/Flagrados em delito contra a noite, com esta formulação, aplicado a Amazônia : Nossa História só terá realidade quando o nosso Imaginário a refizer a nosso favor. Formulação que após o Segundo Manifesto Curau, ou não: No Coração da Luz, de 2003, agora se amplia para o mundo, assim:

“Nossa irRealidade só se tornará Real quando o nosso Imaginário a recriar, a nosso favor.”

COMENTÁRIO DO AUTOR:

SOBRE DENTES E SONHOS

viver sem viver, Viver: Ninguém está entendendo, nada, que pena. Vou falar então como falo com meu neto Rafael de 3 anos: - O Imperialismo Luterano Ocidental - leiam Max Weber, sobre a origem luterana do Capitalismo - transformou este lado da Terra em uma prisão de onde foi expulsa a Vida Autêntica. Dentro da prisão, já não se Vive. Por isso, proponho: - Para escapar à Alienação desse viver sem viver que nos é imposto é preciso passar a viver sem viver Conscientemente disso - se recusando a esse Cárcere onde estamos adormecidos - e isso é uma Estratégia de reDespertar, de guerrilha psicourbana, entendam, a ser praticada no nosso dia a dia, em cada pensamento nosso, palavra, gesto, opção. Até que o Carcereiro, olhando de fora das grades, veja só uma cela vazia, e não havendo mais ninguém para vigiar, pois nos tornamos novamente homens, em nós mesmos, Livres e perdeu o sentido a sua existência - se retire - para o Inferno - deixando a porta agora inútil da sua jaula agora inútil aberta. Porta que então atravessaremos, reconvertendo o nosso viver sem viver voluntário, estatégico, em um retorno à Vida Autêntica, do lado de fora. Esse é o: viver sem viver - para reViver. Confesso que seria mais veloz, e Digno, se os livros de História pudessem contar aos filhos dos filhos dos nossos filhos que tivemos a Coragem de arrancar a dentadas as grades. Mas onde um dia esperei dentes, que pena, só vejo agora sorrisos submissos. Amarelos. Humilhados. Mas contentes. Ler Morte a Crédito, de Céline, pode favorecer o nascimento de dentes. Mas eles só crescerão naqueles que verdadeiramente entenderem, e praticarem, o elogio do Poder do Imaginário contido nesta frase de Breton: - Do fundo de um cárcere, basta um homem fechar os olhos para destruir o mundo.

aVe, Vicente Franz Cecim  
segunda-feira, 4 de junho de 2012



NEO

CABINHO

